



147

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

IP 0028660-58.2017

Meritíssimo Juiz,

A “notitia criminis” que deu origem ao presente inquérito seria complementar à que originou o IP 53/2015 da 3.^a Delegacia do DIG (n.^o CNJ 0063553-45.2015.8.26.0050) que, ao ser avocado pela Corregedoria de Polícia, recebeu o número 330/2015 da Delegacia de Crimes Funcionais.

Em conformidade com o documento n.^o 65 da mídia juntada aos autos, o feito em questão foi distribuído à 9.^a Vara Criminal Federal para a apuração de crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de dinheiro por representantes do grupo BUENO NETTO.

Analizando detidamente o presente inquérito, verifico, contudo, que nas informações constantes na representação e documentos que a instruem (gravados em mídia), há referências a ações cíveis, criminais e mesmo processos administrativos, que em princípio, não guardam relação direta com crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de dinheiro.

Pelo que consta dos documentos juntados, Ricardo Aquino Salles, mais conhecido como RICARDO SALLES, no período que intermediou sua saída da função de secretário particular do governador Geraldo Alckmin e a assunção do cargo de Secretário Estadual do Meio Ambiente, teria sido contratado pela empresa BUENO NETO para exercer a atividade de “interlocutor” desta junto a órgãos e funcionários públicos incumbidos de analisar questões de seu interesse.

Para instruir as alegações constantes na representação, foram juntadas cópias de procedimento disciplinar perante órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (autos 2270253-73.2015.8.26.000) no qual se apurou irregularidades na atuação do Dr. Ulysses de Oliveira Gonçalves Júnior, juiz de direito, que teria sido



M8

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

contatado por RICARDO SALLES para interceder junto ao Dr. Guilherme Madeira Dezém, juiz da 44.^a Vara Cível da Capital para que o recebesse.

Segundo consta, ao telefonar para o Dr. Guilherme, o Dr. Ulisses teria noticiado que RICARDO SALLES seria um advogado ligado ao governo do Estado, o que fez com que o primeiro o recebesse, acreditando que fosse a respeito de alguma decisão de interesse coletivo que havia proferido.

Ocorre que o interesse de RICARDO SALLES consistia em obter informações sobre um processo que tramitava perante a 44.^a Vara Cível da Capital, na qual o grupo BUENO NETTO buscava a anulação de uma sentença arbitral, que o havia condenado a pagar elevadíssima importância em dinheiro à empresa SPPATRIM.

Consta ainda, na representação, cópia da portaria de inquérito civil 74/2016 (doc. 47) na qual se apura a prática de crimes de improbidade administrativa praticados por RICARDO SALLES, dentre outros, visando beneficiar o grupo Bueno Netto que atua na construção civil.

Na portaria e questão, bem como nas informações prestadas pelo perito contábil Rodney Ramos (doc. 29), consta a notícia de que nos autos, posteriormente remetidos à 9.^a Vara Criminal Federal (crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de dinheiro por representantes do grupo BUENO NETTO), foi solicitada a realização de um laudo pericial contábil.

O perito supra foi encarregado de realizá-lo, o que fez com brevidade, uma vez que a requisição se deu em 29/06/2015 e a conclusão, em 21/07/2015.

Em razão da celeridade da realização da perícia em questão, RICARDO SALLES, ainda “interlocutor” do grupo BUENO NETTO representou o perito perante a Corregedoria de Polícia.

A pressão exercida por RICARDO SALLES contra o perito Rodney Ramos, deu-se no mesmo contexto em que este passou a receber ligações de um outro perito lotado em outro núcleo do IC - que dizia irmão do Delegado Corregedor de uma loja maçônica – que exigia uma retratação do laudo desfavorável



aos interesses da BUENO NETTO, pois do contrário “usariam” toda a máquina para fazer sua cabeça rolar.

As ligações eram frequentes, chegando a dez por dia.

O inquérito em questão foi avocado pela Corregedoria da Polícia quando então se determinou que o perito Rodney Ramos complementasse a perícia, com a observação de que fizesse “uma nova e moderada análise de todo o conteúdo documental”.

Por conta das sucessivas pressões e ameaças contra o perito, o fato foi levado ao conhecimento do Judiciário, que determinou uma Comissão Técnica de Análise e Estudo do laudo pericial, concluindo pela perfeição deste.

Há notícias nos autos de que dois delegados que atuaram no feito supra foram afastados.

Além das informações supra, nos documentos noticiados na mídia, há referências à suspensão de licenças ambientais expedidas pela Cetesb quanto ao megaempreendimento denominado “Parque Global”, realizado pelo grupo BUENO NETTO. Embora se tratasse de um único empreendimento, não houve estudo prévio de impacto ambiental e a expedição de uma única licença, mas ao contrário, várias, considerando cada uma delas, prédios isolados que formariam o complexo do parque.

Em matéria jornalística juntada na mídia que acompanha a representação, questiona-se o fato de RICARDO SALLES, pessoa sabidamente ligada ao Grupo BUENO NETTO, ter assumido a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sob cujo comando encontra-se justamente a Cetesb, cujas licenças suspensas beneficiavam dolosamente ou não, o grupo.

Também consta a notícia de que o jornal Folha de Dourados teria publicado matéria relacionada ao afastamento de delegados no inquérito remetido à 9.^a Vara Criminal Federal e ainda, que perante a Receita Federal havia expediente visando apurar o súbito enriquecimento de RICARDO SALLES.

Uma funcionária da Secretaria do Meio Ambiente, Jéssica de Almeida Baldoni teria contatado o jornal para a remoção da reportagem (doc. 36/40).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

160

Há notícias ainda, através de redes sociais quanto ao súbito enriquecimento de RICARDO SALLES, ostentado através de viagens e aquisição de um iate.

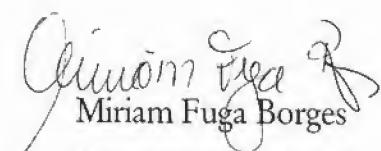
Embora a representação não deixe explícito, fornece elementos para se suspeitar de que a assunção do cargo de Secretário Estadual do Meio Ambiente por RICARDO SALLES, esteja relacionada à mesma função que sempre desempenhou, qual seja, “interlocutor” do grupo Bueno Netto.

Todos os fatos noticiados já foram apurados em inquéritos e processos judiciais, mas até onde se tem notícia, não especificamente em relação ao crime de advocacia administrativa.

Assim, retrato-me da manifestação solicitando o apensamento do presente inquérito ao feito anterior.

Considerando que, atualmente, RICARDO AQUINO SALLES ocupa a pasta de Secretário Estadual do Meio Ambiente, possuindo, nos moldes do artigo 74, I da Constituição do Estado de São Paulo, foro pela prerrogativa da função junto ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, requeiro o encaminhamento dos autos ao Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo para manifestação quanto à eventual continuidade das investigações.

São Paulo, 14 de junho de 2017.


Miriam Fuga Borges
Promotora de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA

DIPO 4 - SEÇÃO 4.1.2

Avenida Doutor Abraao Ribeiro, 313, Avenida D, Sala 484 - 2º Andar -
Piso 2, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (11) 2127-9609, São Paulo-
SP - E-mail: dip04@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Públco: das 12h30min às 18h00min

DECISÃO

Processo Físico nº: 0028660-58.2017.8.26.0050
Classe - Assunto Inquérito Policial - Quadrilha ou Bando
Autor: Justiça Pública
Averiguado: ADALBERTO BUENO NETTO

CONCLUSÃO

Em 04 de julho de 2017, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, Dra. **RENATA CAROLINA CASIMIRO BRAGA**.

Eu, Severino Antonio T. M. Barbosa, Assistente Judiciário, subscrevi.

Vistos.

1- Fl. 152: Defiro vista dos autos em Cartório e a extração de cópias de peças dos autos, com exceção daquelas acobertadas pelo sigilo, às expensas do requerente, via "Tribunal de Justiça", ou por meio digital, desde que devidamente acompanhado de servidor do Poder Judiciário, observado ainda o disposto no parágrafo 10, do art. 7º, da Lei 8.906/94, na hipótese do feito tramitar sob segredo de justiça, caso em que deverá o d. Casuístico juntar a respectiva procuraçāo, se já não o tiver feito.

2- Fl. 154/155: Ciente da juntada do CD-R pelo MP.

3- Aguarde-se por 48 horas. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com as nossas homenagens, como requerido pela i. Representante do Ministério Público no último parágrafo de sua manifestação de fls. 147/150, procedendo-se às anotações de praxe, com as cautelas de estilo.

Intime-se.

São Paulo, 05 de julho de 2017.

Renata Carolina Casimiro Braga

Juíza de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 1.2.1 - Serv. de Distrib. de Originários do Orgão
Especial e Câmara Especial
Praça da Sé s/nº - 1º Andar - Sala 145 - e-mail:
sj1.2.1@tjsp.jus.br - CEP: 01018-001

158
x

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM CONCLUSÃO

Inquérito Policial nº 0041822-76.2017.8.26.0000

Entrado em: 23/08/2017

Tipo da Distribuição: Livre

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação: Motivo do Estudo da Prevenção Não informado

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: Des. Francisco Casconi

ÓRGÃO JULGADOR: Órgão Especial

São Paulo, 24/08/2017 16:03:13.

Mauricio Luis de Souza
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. FRANCISCO CASCONI.

São Paulo, 25/08/2017.

Mauricio Luis de Souza
Supervisor(a) do Serviço

*Em separado
c.l. 28/08/17*



150
J

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0041822-76.2017.8.26.0000
COMARCA: SÃO PAULO
INTERESSADOS: RICARDO AQUINO SALLES (SECRETÁRIO
DE ESTADO) e OUTROS

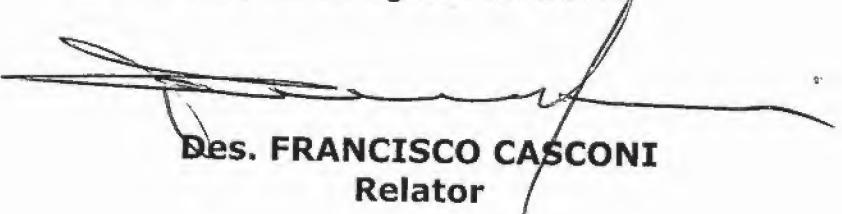
Vistos.

Abra-se vista à Douta Procuradoria-Geral de Justiça.

Após, tornem conclusos.

Int.

São Paulo, 29 de agosto de 2017.


Des. FRANCISCO CASCONI
Relator